

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO DE LIBRAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Evelise Aparecida Rocha¹
Milena Palhano Antunes²
Juliano Marcelino Deitos³

RESUMO

O foco principal deste estudo é tratar sobre a educação inclusiva e o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no contexto da educação infantil atual. E, visando tornar esta discussão plausível e objetiva buscou-se por investigar através de profissionais da área em uma determinada instituição de ensino infantil da cidade de Ponta Grossa/PR, as reais condições do ensino, como também descobrir a qualificação destes profissionais, visando determinar a partir destas informações se o ambiente escolar é apropriado, como também, se os profissionais se encontram preparados para realizar adequadamente a educação inclusiva. Além disso, outro importante quesito abordado neste estudo é sobre a formação continuada e de professores, que se faz necessária e determinante na efetivação desta educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Educação Infantil, LIBRAS, Formação de Professores.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por foco principal contribuir com a formação de docentes no Ensino da LIBRAS, na educação infantil, e no desenvolvimento da comunicação com a pessoa surda, conseqüentemente traz a abordagem da discussão sobre a educação inclusiva em meio à educação infantil, sendo um tema atual e intrigante, perante a observação quanto à efetivação desta inclusão no ambiente escolar.

Na tentativa de expandir esta proposta, definiu-se como objetivos específicos: a) os aspectos históricos do ensino da LIBRAS no Brasil; b) identificar na legislação vigente, quais as bases legais do ensino da LIBRAS para a Educação; c) a formação de professores no contexto da educação inclusiva e; d) analisar em um Centro Municipal de Educação Infantil no município de Ponta Grossa – PR os limites e as possibilidades a respeito da educação inclusiva e do ensino da LIBRAS no contexto da Educação Infantil.

É necessário definir como justificativa inicial, os interesses suscitados a partir do contato com a disciplina da LIBRAS no curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Sagrada Familiar - FASF, evelise.rocha@bol.com.br.

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Sagrada Familiar - FASF, milenapalhano3@gmail.com.

³ Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR. Professor no curso de Pedagogia da Faculdade Sagrada Família – PR, juliano.deitos@gmail.com.

Sagrada Família (FASF) - PR, como também, pela observação e contato em um projeto realizado numa instituição da Rede Municipal de Educação, na cidade de Ponta Grossa - PR, em que os alunos têm contato com a Língua Brasileira de Sinais, desde a Educação Infantil, que propiciou ainda mais a instigação pelo tema.

Percebe-se, nesse caminho, que a importância da discussão sobre o tema é uma maneira de promover a dissolução das injustiças sociais e dos preconceitos, de maneira a realizar uma educação inclusiva. O que foi problematizada pela seguinte questão: Quais as possibilidades do Ensino de LIBRAS na Educação Infantil para o desenvolvimento da Educação Inclusiva?

Através do levantamento de todas estas questões e informações relevantes para este estudo, foi realizado uma pesquisa de cunho qualitativo, de modelo exploratório, tendo como instrumento de pesquisa um questionário aplicado a gestores e professores de um Centro Municipal de Educação Infantil da cidade de Ponta Grossa – PR.

METODOLOGIA

Ao desenvolver do presente artigo, foi utilizada a metodologia de pesquisa de modelo exploratório, qualitativo e como instrumento de pesquisa um questionário. Desta maneira, por meio da pesquisa qualitativa, e do modelo de pesquisa exploratório, o estudo científico tem por objetivo o gerar de novos conhecimentos, como também aprimorar e entender melhor determinados assuntos, e obter uma análise profunda a respeito Gil (1999, p. 72) ressalta que, “a representatividade numérica é importante, mas a compreensão qualitativa é fundamental. Já o caráter exploratório da pesquisa procura obter uma nova percepção a respeito do assunto estudado”. Na perspectiva de Appolinário (2011, p. 75) “a pesquisa exploratória tem por objetivo aumentar a compreensão de um fenômeno ainda pouco conhecido pelo pesquisador”. Não menos importante também, aprimorar conhecimentos aos leitores e apreciadores do assunto.

Sobre a aplicação de um questionário para o desenvolvimento da pesquisa, Gil (1999, p.128), contribui: “o questionário pode ser definido como uma técnica de investigação que é composta por um número de questões apresentadas por escrito aos sujeitos pesquisados”. Sempre visando à melhoria do tema abordado, como também, dar maior ênfase e credibilidade ao assunto exposto, através de informações qualificáveis e precisas daqueles inseridos no meio e diretamente envolvidos na execução das atividades e afazeres das instituições de ensino, como é o caso, e melhor ainda, dentro da educação infantil.

ASPECTOS DA HISTÓRIA DO ENSINO DA LIBRAS NO BRASIL

Não se sabe ao certo onde, quando e como surgiu a língua de sinais, porém, sabe-se que sua criação foi no intuito de facilitar o processo comunicativo entre as pessoas. De acordo com Sasaki (1998), essa maneira de comunicar-se, é de uso não exclusivo, porém como meio de facilitação a aqueles aos quais possuem algum tipo de impedimento físico, principalmente na fala e na audição, o que dificulta a comunicação por meio da voz. Esse meio de comunicação foi vagarosamente inserido no ambiente escolar ao longo do tempo. Historicamente, conforme colocações de Moura, Lodi e Harison (1997), o princípio da educação para surdos teve como marco seu início através de Pedro Ponce De Leon (1520-1584), na Europa, direcionada aos filhos das famílias nobres, aos mais ricos.

Durante muito tempo os surdos lutaram para conseguir o direito a educação e também para adquirir o reconhecimento da sua identidade,

[...] no contexto brasileiro, o principal Instituto de Educação de Surdos (INES, 2019), teve como espelho a educação francesa, carregando consigo as influências da Língua Francesa de Sinais. O INES foi fundado em 1857, a partir de dados de Hernest Huet. Foi admitido como o primeiro espaço para surdos no país, situado na cidade do Rio de Janeiro. O INES era a única instituição que se destinava a educação de pessoas com deficiências auditivas nesse período (ALBRES, 2005, p. 3).

Mesmo com a demanda existente a respeito da educação de pessoas surdas no Brasil,

a língua de sinais era considerada como uma língua simplificada e com erros gramaticais, podendo somente transmitir expressões concretas. Foi somente em 1979, com a Proposta Curricular para Deficientes Auditivos, que se definiu um método educativo a ser utilizado no Brasil, pelo oralismo. E, a partir de 1987, com defesa realizada pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, que a LIBRAS passou a ser divulgada e usada no contexto escolar (ALBRES, 2005, p. 29).

Com os relatos acima é possível verificar parte do desenvolvimento, no contexto internacional, sobre a perspectiva e as ocasionais mudanças para o ensino da Língua de Sinais. A Declaração de Salamanca, em 1994, apresentou essas novas perspectivas no contexto mundial, pois defende a existência de políticas educacionais que permitam considerar as diferenças existentes no ambiente escolar. Neste quadrante também aborda a importância da linguagem por signos ou sinais e da garantia à educação aos surdos e aos surdos/cegos que devem ter ensino especial, em escolas apropriadas, como também no ensino regular de educação (BRASIL, 1994).

O debate sobre a real importância da linguagem de sinais entre surdos e ouvintes como forma de comunicação busca por assegurar que todas as pessoas surdas possam ter acesso à educação, como também, seja definida sua língua nacional de sinais e a educação inclusiva busque através dessa premissa realmente incluir. Sobre essa questão, de acordo com Damásio (2005, p. 61),

a Língua Brasileira de Sinais, como um sistema legítimo e natural, é uma perspectiva de desenvolvimento linguístico, social e intelectual daqueles que a utilizam enquanto instrumento de comunicação, e que favorece o acesso ao conhecimento cultural e científico, bem como a inclusão social.

Apesar de muitas vezes ser confundida como apenas movimento de gestos, a LIBRAS é diferentemente disso uma linguagem com características próprias, se revelando como um dos fatores primordiais para a inclusão efetiva dos surdos na sociedade e é reconhecida no contexto internacional – como já abordado – e no contexto nacional pela legislação.

LEGISLAÇÃO ACERCA LIBRAS PARA A EDUCAÇÃO

É importante destacar que, sob o contexto da legislação brasileira acerca da LIBRAS, a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, é um marco especial no cenário nacional, pois define a Língua Brasileira de Sinais como um meio legal de comunicação e expressão à aqueles que precisam se expressar de maneiras diferenciadas por limitações de fala e audição. A partir dessa legislação a LIBRAS é apresentada como uma forma de comunicação e expressão, com estrutura de gramática própria naturalmente criada como meio visual-motor, em que concebe uma maneira de transmitir ideias e fatos da parcela social ou da comunidade surda do Brasil, através dos sinais (BRASIL, 2002).

Sobre a questão educacional, esta Lei também aborda sobre a inclusão da LIBRAS nos cursos de formação, mais precisamente em seu artigo 4, que trata sobre o sistema educacional nas esferas federal, estadual e municipal em que devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, nos níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, conforme determina a legislação vigente (BRASIL, 2002).

Outro importante documento que trata sobre a preservação dos direitos das pessoas surdas, é o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Entre os principais pontos abordados,

é possível identificar no parágrafo primeiro do artigo 3º, que todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, quer seja o curso normal de nível médio, o normal superior, Pedagogia e o de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério, sendo determinado conter em sua proposta curricular o ensino da LIBRAS (BRASIL, 2005).

Em outras palavras, trata da real importância sobre a formação dos profissionais envolvidos diretamente com a educação infantil, sobre a comunicação por LIBRAS, em que os profissionais devem estar preparados para realizar e efetivar a inclusão de todas as maneiras possíveis, abrangendo todos os alunos. Inclusive incentivando a todos os alunos a se comunicarem de maneira correta com os colegas que precisam dessa comunicação por sinais para se expressar. A escola é a instituição de primeiro contato social direto por vezes, das crianças surdas, mas também abrange várias crianças em todas as situações físicas, motoras e intelectuais. Por este motivo que o trabalho com a LIBRAS deve iniciar na educação infantil.

Sobre o aspecto da educação inclusiva, o artigo 22 do Decreto nº 5.626, determina que as instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica precisam garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva no ambiente escolar, com a presença e disponibilidade de professores bilíngues na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Este decreto também prevê que todas as instituições de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, a partir dos anos finais do ensino fundamental até a educação profissional, tenham a presença de tradutores e intérpretes de LIBRAS/Língua Portuguesa (BRASIL, 2005).

A partir do exposto, foi identificado que a legislação brasileira trata sobre vários elementos que ressaltam a garantia e tornam possível o acesso do aluno surdo no ensino regular, dos direitos ao intérprete, ao ensino bilíngue e da formação adequada dos profissionais da educação. Neste sentido, discutir a formação adequada dos profissionais da educação para surdos e a integração dessas pessoas na sociedade é um começo para modificar o panorama que se tem sobre a educação inclusiva nas escolas.

DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Faz-se de extrema importância e comumente necessidade discutir a respeito da educação inclusiva na formação dos professores para que, sobretudo, auxilie no desenvolvimento, na aprendizagem e na promoção de práticas válidas ao ensino de LIBRAS no contexto da Educação Infantil e para permitir obter uma educação realmente inclusiva é necessário construir um ambiente propício a ocorrer. Sobre essa questão, Sekkel (2003, p. 162) define o ambiente

inclusivo “como aquele que tem uma articulação coletiva, uma ação comprometida à satisfação das necessidades de cada aluno”, com uma visão mais abrangente através da construção do ser humano, da formação social fraterna, em que as pessoas convivam com suas diferenças e semelhanças.

A reflexão da autora leva a pensar que, para a construção de um ambiente escolar inclusivo, em que permitam que todos se desenvolvam com suas diferenças e semelhanças, em que a educação deve ser construída pela participação de todos os envolvidos no processo educacional da criança, quer sejam pais, professores, funcionários, equipe de apoio, comunidade e todos os colegas de sala de aula.

É importante destacar que, a educação inclusiva se estabelece, de acordo com o documento organizado pelo “Grupo de trabalho da Política Nacional de Educação Especial”, chamado de “Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva”, em que determina um paradigma educacional na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que apresenta progressos em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as situações históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008).

Para ocorrer o desenvolvimento ideal de uma formação de professores, perante a educação inclusiva, o trabalho pedagógico em sala de aula, precisa superar as diferenças, trabalhar com a diversidade, modificar o ambiente e permitir-se modificar por ele. Assim, os métodos educacionais devem buscar reduzir a exclusão social, sobre isso, Sasaki (1998, p.8) afirma que,

[...] a educação inclusiva é o processo que ocorre em qualquer nível escolar e que, independentemente das características pessoais de cada aluno, deve oportunizar um ensino de qualidade a todos, onde as inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades devem ser respeitadas e desenvolvidas.

Ainda, de acordo com Sasaki (1998), a inclusão escolar é uma forma de inserção, em que a escola tradicional é modificada e passa ser capaz de acolher os alunos. A formação de professores para a educação inclusiva, especialmente da Educação Infantil, deve estar fundamentada no respeito, na valorização das culturas, no trabalho conjunto com as famílias. Para que este processo seja real, e para um bom funcionamento da escola numa perspectiva da educação inclusiva, é essencial que os profissionais da educação estejam em constante formação.

A partir disso, tem-se a necessidade de se construir e pensar em novos modelos educacionais que consigam incluir efetivamente os alunos com diferentes necessidades. Na formação de professores para o ensino de LIBRAS na Educação Infantil, é necessário que o professor tenha sensibilidade de enxergar cada aluno na sua singularidade, e também receba formação adequada para criar um ambiente inclusivo e aberto a novas possibilidades e estratégias de ensino.

No item a seguir, por meio da aplicação de questionário, foi possível analisar em um Centro Municipal de Educação Infantil do Município de Ponta Grossa – PR, quais os limites e as possibilidades da educação inclusiva e do ensino de LIBRAS no contexto da Educação Infantil.

ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionário, contendo 6 (seis) perguntas ao todo, mescladas em abertas e fechadas, para o público alvo de gestores e professores de um Centro Municipal de Educação Infantil no Município de Ponta Grossa - PR.

Esse processo envolveu 7 (sete) profissionais da instituição, onde se buscou analisar quais os limites e as possibilidades a respeito do ensino de LIBRAS e da educação inclusiva no contexto da Educação Infantil.

As duas primeiras perguntas do questionário procuraram identificar a área de formação de cada profissional e o tempo de atuação na Educação Infantil, conforme abaixo:

Quadro 1 – Formação e tempo de atuação na Educação Infantil.

PROFESSORA	FORMAÇÃO	TEMPO DE ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Professora 1	- Magistério; - Licenciatura em Pedagogia; - Pós-Graduação em Gestão Educacional;	7 anos
Professora 2	- Licenciatura em Pedagogia;	9 anos
Professora 3	- Magistério; - Licenciatura em Pedagogia; - Pós-Graduação em Educação Infantil e anos iniciais;	11 anos
Professora 4	- Licenciatura em Pedagogia; - Pós-Graduação;	12 anos
Professora 5	- Licenciatura em Pedagogia;	15 anos

	- Pós-Graduação em Educação Especial;	
Professora 6	- Licenciatura em Pedagogia; - Pós-Graduação em Educação Musical;	10 anos
Professora 7	- Licenciatura em Pedagogia;	7 meses

Fonte: Os autores (2019).

Conforme o quadro 1 apresentado acima, destaca-se apenas as professoras 1 e 2 que possuem formação no magistério. No entanto, todas as professoras são graduadas em Licenciatura em Pedagogia. E sobre a pós-graduação, as Professora 1, 3, 4 e 6 apresentam esse nível de formação. Destaca-se ainda, que somente a professora 5 tem formação em Educação Especial.

Com a análise do quadro 1 apresentado, é possível observar além das considerações comentadas acima, o tempo de experiência das profissionais deve ser levado em consideração, que compreende o período de 7 meses à 15 anos de exercício na Educação Infantil, o que demonstra que o último período é um tempo considerável de experiência na área.

Na terceira pergunta, foi levantado o seguinte questionamento: “O que você considera como Educação Inclusiva?”. E as respostas foram as seguintes:

Professora 1 *“Eu considero como educação inclusiva, a educação que além de inserir alunos com necessidades especiais na escola regular, dá o suporte necessário para oferecer uma educação de qualidade a esses alunos”.*

Professora 2 *“Crianças portadoras de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem, que são inseridas no ambiente escolar regular, para que não haja o comprometimento do rendimento escola.”.*

Professora 3 *“Onde todas as crianças com algum tipo de deficiência devem ter as mesmas oportunidades de aprendizado, devemos eliminar os obstáculos que limitam a aprendizagem e participação discente no processo educativo”.*

Professora 4 *“Educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar. Respeitando cada indivíduo de acordo com suas singularidades”.*

Professora 5 *“Aquele que realmente inclui o aluno, não o que vemos hoje em dia que tem o objetivo somente de estar no ensino regular, o que muitas vezes exclui”.*

Professora 6 *“É o professor estar preparado para acolher o aluno tendo suporte necessário para bem atendê-lo”.*

Professora 7 *“É a inclusão de alunos com algum tipo de deficiência no ensino regular”.*

A partir das respostas obtidas, identificou-se que a Educação Inclusiva é vista pelas professoras como, uma forma de inserir os alunos com necessidades especiais na escola regular, que visa uma educação de qualidade. Sobre essa questão, destacou-se a resposta: Professora 1: *“Além de inserir alunos com necessidades especiais na escola regular, dá o suporte necessário para oferecer uma educação de qualidade a esses alunos”.* Estas colocações estão relacionadas à inclusão de alunos especiais conforme a formação para a educação

inclusiva, segundo Sekkel (2003) para este processo se realizar, é necessário ocorrer uma inclusão efetiva e uma formação por parte dos profissionais.

Na quarta questão aplicada, indagou-se: “A formação educacional na Educação Inclusiva que é recebida pelos professores é suficiente?”.

Professora 1 *“A formação inicial recebida na graduação na área da Educação Inclusiva é insuficiente, eu tive apenas 1 ano desta disciplina em minha formação e não me sinto preparada para trabalhar com essa modalidade.”*

Professora 2 *“Não, os cursos de graduação tem enfatizado aspectos teóricos, distantes da prática pedagógica, não preparando os profissionais para lidar com a diversidade dos educandos.”*

Professora 3 *“Acredito que sim, e nós mesmos como professores, devemos buscar cada vez mais conhecimento, afim de dar mais oportunidades as crianças que necessitam de Educação Inclusiva.”*

Professora 4 *“Ela contribui, porém não é suficiente, porque o professor precisa atualizar-se constantemente.”*

Professora 5 *“Não. Para ter Educação Inclusiva exige uma longa caminhada, talvez é algo utópico. Ter um tutor não significa necessariamente que este aluno está incluso. Já presenciei tutores sem fazer nada.”*

Professora 6 *“O professor da turma precisa ter um tutor para acompanhar a criança que necessita de auxílio. Sem pessoas especializadas não há inclusão.”*

Professora 7 *“ Não é suficiente pois há vários tipos de deficiência, a LIBRAS por exemplo, não há um curso específico para os professores, assim dificultando a inclusão dos alunos na escola .”*

Das respostas obtidas, 6 (seis) das 7 (sete) Professoras questionadas, disseram que a formação recebida nesse contexto é insuficiente, e que a formação recebida na graduação enfatiza apenas aspectos teóricos, distanciando-se da prática em sala de aula. Apenas a Professora 3, acredita que a formação recebida é suficiente, para ela cabe ao professor buscar essa formação continuada.

Como identificado na fala da Professora 3, para o ambiente inclusivo acontecer é necessário que haja um empenho maior do professor, em buscar maiores conhecimentos, como também realizar aprimoramentos profissionais, para melhorar como profissional e melhor aplicar uma Educação Inclusiva de qualidade. Para Franco (2008) essa construção é coletiva e deve abraçar a todos os profissionais da educação do contexto escolar. Dessa maneira, é necessário que a sociedade se organize a fim de proporcionar esse ambiente inclusivo na escola, não ficando somente à cargo dos professores.

A quinta pergunta procurou identificar a formação desses profissionais relacionadas à Língua Brasileira de Sinais, em que as respostas foram as seguintes:

Professora 1 *“Tive um ano da disciplina de LIBRAS na graduação”.*

Professora 2 *“Não.”*

Professora 3 *“Não possuo.”*

Professora 4 *“A penas a grade curricular fornecida pela graduação.”*

Professora 5 “Sim.”
Professora 6 “Não.”
Professora 7 “Não.”

Entre todas as respostas obtidas a apenas a resposta da Professora 5: “Sim”, a qual se qualifica em formação na Língua Brasileira de Sinais, as demais possuem apenas a formação fornecida na grade curricular da graduação. Essa questão evidencia um limite da possibilidade do ensino de LIBRAS no contexto da Educação Infantil, uma vez que os profissionais não recebem formação adequada, mesmo que a legislação assegure a inclusão de disciplinas relacionadas a LIBRAS na formação de docentes, se torna um empecilho para o desenvolvimento dessa prática na escola.

A sexta pergunta procurou analisar a importância da Língua Brasileira de Sinais para a Educação Infantil na visão das Professoras, e as respostas a respeito da indagação foram as seguintes:

Professora 1 “Eu acredito que a LIBRAS é extremamente importante para todos os públicos, e se fosse trabalhada desde a Educação Infantil, as chances de inclusão do povo surdo aumentariam, as crianças conheceriam melhor as limitações dessas pessoas e o bullying seria combatido com mais facilidade. Acredito que a Libras, assim como a Língua Portuguesa deveria fazer parte do nosso currículo.”

Professora 2 “Língua Brasileira de Sinais é um meio de garantir a socialização e a interação do surdo na sociedade, além de contribuir para a valorização e reconhecimento da cultura surda.”

Professora 3 “Ela oportuniza trocas linguísticas afetivas para surdos e ouvintes. Libras está presente nos espaços da educação escolar, não é um privilégio, mas constitui-se um conteúdo fundante ao surdo e elemento agregador para o ouvinte em seu processo ou formação.”

Professora 4 “Requisito básico para auxiliar na inclusão em sala de aula.”

Professora 5 “O aprendizado de uma nova língua e a própria inclusão.”

Professora 6 “É muito importante, pois é através dela que a criança vai aprender a se comunicar com as demais crianças”.

Professora 7 “ É importante para que desde pequeno possam interagir e conviver com outros alunos que não tenham a deficiência.”

Nas respostas foram apanhados apontamentos que relacionam a interação e a convivência do aluno surdo com os demais alunos, a importância do aprendizado e do domínio da Língua Brasileira de Sinais, e da valorização e o reconhecimento da cultura dos surdos.

A proposta de incluir a todos é por vezes utópica e fora da realidade. Algumas professoras sugerem que os modelos de efetivação da inclusão devem ocorrer o mais cedo possível, para que as crianças cresçam habituadas a conviver com as diferenças, sem preconceitos, o preconceito surge dos adultos e é por eles transmitidos às crianças. As crianças são espelhos das atitudes e das formas de agir dos adultos, quanto mais adultos melhores sejam formados,

melhores crianças existirão, cabe a conscientização e o existir de incentivos reais e efetivos pra isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível observar, historicamente a educação dos surdos foi um longo processo para a construção de um ambiente inclusivo e a possibilidade do ensino da LIBRAS na Educação Infantil só se tornou visível a medida em que esses elementos foram discutidos e aplicados na prática.

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma discussão da educação inclusiva e do ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no contexto da Educação Infantil. Os objetivos do presente estudo foram cumpridos, pois foi possível evidenciar, pelos aspectos históricos, a necessidade do ensino da LIBRAS no Brasil; como também foi possível identificar na legislação vigente, quais as bases legais do ensino da LIBRAS para a Educação; e através do questionário aplicado foi possível discutir a importância da formação de professores no contexto da educação inclusiva como também, analisar em um Centro Municipal de Educação Infantil no município de Ponta Grossa – PR os limites e as possibilidades a respeito da educação inclusiva e do ensino da LIBRAS no contexto da Educação Infantil.

E ainda, é possível ressaltar que pela aplicação do questionário, foi identificado que as possibilidades de realização do ensino da LIBRAS, na Educação Infantil, em um Centro Municipal de Educação Infantil, da cidade de Ponta Grossa – PR, ainda apresenta limites, sobretudo, pela falta de formação dos docentes para a realização dessa atividade. Apesar de possuírem vários anos de atuação na Educação Infantil, o que ocorre é a falta de formação continuada diante da educação inclusiva e do Ensino da LIBRAS na Educação Infantil.

Enfim, esse artigo procurou por determinar e encontrar um conjunto de análises que permitam refletir sobre a necessidade de implementação de cursos de formação de professores para o Ensino da LIBRAS na Educação Infantil. Além disso, procura tornar essa uma das possibilidades para a realização de uma Educação Inclusiva e auxiliar em futuros estudos sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

ALBRES, N. A. **A educação de alunos surdos no Brasil do final da década de 1970 a 2005**: análise dos documentos reverenciadores. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2005. Disponível em: <

<https://repositorio.ufms.br:8443/jspui/bitstream/123456789/795/1/Neiva%20de%20Aquino%20Albres.pdf>> Acesso em: ago. 2019.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Presidência da República. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/99492/lei-de-libras-lei-10436-02>>. Acesso em: 29. jul. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: jul. 2019.

DAMÁSIO, A. **O Erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FRANCO, M. A. S. Coordenação pedagógica: uma práxis em busca de sua identidade. **Revista Múltiplas Leituras**, v. 1, n. 1, p. 117-131, jan./jun. 2008. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas-ims/index.php/article/download>> Acesso em: ago. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MOURA, M. C. de; LODI, A. C. B.; HARRISON, K. M. P. **História e educação: o surdo, a oralidade e o uso de sinais**. São Paulo: Roca, 1997.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo Uma Sociedade Para Todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

SEKKEL, M. C. **A construção de um ambiente inclusivo na educação infantil: relato e reflexão sobre uma experiência**. Tese (Doutorado em Psicologia). 218 f. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-09122013-082848/pt-br.php>> Acesso em: set. 2019.